

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS CHAPECÓ**  
**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**JUCÉLIA LOPES**

**A SURDEZ EM SALA DE AULA:  
DIAGNÓSTICOS E DESAFIOS (1971-2022)**

**CHAPECÓ**  
**2022**

**JUCÉLIA LOPES**

**A SURDEZ EM SALA DE AULA:  
DIAGNÓSTICOS E DESAFIOS (1971-2022)**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para aprovação na disciplina de Seminário de Trabalho Conclusão de Curso II.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Samira Peruchi Moretto

**CHAPECÓ**  
**2022**

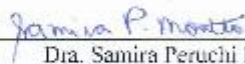
JUCÉLIA LOPES

**A SURDEZ EM SALA DE AULA: DIAGNÓSTICOS E DESAFIOS (1971 a 2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em: 29/08/2022.

BANCA EXAMINADORA



---

Dra. Samira Peruchi Moretto - UFFS (Orientadora)



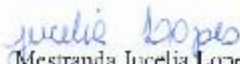
---

Dra. Renilda Vicenzi - UFFS



---

Dra. Patricia Giraff - UFFS



---

Mestranda Jucélia Lopes

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Lopes, Jucélia  
A DEFICÊNCIA AUDITIVA EM SALA DE AULA:: DIAGNÓSTICOS  
E DESAFIOS (1971-2022) / Jucélia Lopes. -- 2022.  
47 f.:il.

:

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2022.

I. Universidade Federal da Fronteira Sul. II. Título.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. CAPÍTULO I .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 LEIS BRASILEIRAS E DECLARAÇÕES DE EDUCAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 EXCLUSÃO EM DEBATE .....</b>	<b>15</b>
<b>2.3 CONTEXTO DAS LEIS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....</b>	<b>18</b>
<b>2.4 LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS .....</b>	<b>20</b>
<b>3. CAPÍTULO II.....</b>	<b>223</b>
<b>3.1 OBSERVAÇÃO EM LOCUS.....</b>	<b>24</b>
<b>3.2 DESAFIOS DE PROFESSORES E ALUNOS .....</b>	<b>25</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>38</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe analisar o ensino para alunos com surdez, especialmente na área de história, o trabalho tem caráter para maior conhecimento quanto professor em sala de aula, pois não tenho especialização na Língua Brasileira de Sinais, também não tenho contato com pessoas surdas. A partir da criação da lei 5.692/71, lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 até os dias atuais, na instituição de ensino Escola de Educação Básica Olga Fin Travi da cidade de Guatambu Santa Catarina.

A escola de Educação Básica Olga Fin Travi, está localizado no centro da cidade de Guatambu atende alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a escola foi fundada em 1918 com o nome de Escola Mista Faxinal do Tigre, o primeiro professor a atuar na escola foi o senhor João da Rocha, inicialmente a escola ficava localizada em e uma residência particular, mais tarde a escola passou a receber os alunos na igreja católica do local, anos mais tarde o prédio da primeira escola é construído na cidade, a escola foi construída toda de madeira com apenas duas salas de aula (PPP E.E.B Olga Fin Travi).

No ano de 1951, a Escola Isolada passou a ser Escola Reunidas, e com um novo nome, agora com nome de Leonor Lopes Gonzaga, neste ano é inaugurado novo local, mantendo as duas salas, mas agora com uma sala para direção da escola.

A primeira diretoria da escola foi à senhora Marina Silveira Torttato, sendo que desempenhava o cargo de diretora e professora ao mesmo tempo, no ano de 1951 a escola já recebia em torno de cem alunos. Em 1965a escola precisou ser ampliada mais uma vez para atender a demanda de alunos, uma sala de aula e uma área coberta foram agregadas, recursos este da Associação de Pais e Mestres (APM).

Em 08/03/1973, a escola foi mais uma vez construída agora em terreno próprio doado pelos senhores OLGA FIN TRAVI e seu marido DANTE TRAVI, onde a escola está localizada até os dias atuais.

Em 1974 escola passou a ser Escola Básica atendendo alunos até o 5º ano, em 1976 foi iniciado o atendimento das turmas de 7º e 8º anos. Em 1978 foi construído novo prédio de alvenaria, com cinco salas de aulas, com salas admirativas, área coberta e banheiros.

Em 1981 iniciou o atendimento as turmas do pré-escolar e em 1982, 1996 e 2004, a escola passou par mais ampliações. Em 1994 a escola passou a oferecer o Ensino Médio. Em 2015 é implantado o ENSINO MÉDIO INOVADOR. Em homenagem ao casal que doou o terreno para a construção da escola é denominada Escola de Educação Básica Olga Fin Travi (PPP da escola Olga Fin Travi 2022).

A escola Olga Fin Travi, preocupada com as inovação, garante a inclusão de alunos

com deficiência em todos os níveis, sendo que algumas também são atendidas no contra turno na sala de recursos multifuncional. Na Escola Olga Fin Travi são atendidas oito crianças com alguma necessidade, mas somente uma delas com surdez.

“No parágrafo 4.5 do PPP da escola menciona a Educação Inclusiva que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” PPP Escola Fin Travi 2022, a escola tem como objetivo a inclusão seja um ato contínuo, também qualquer tipo de segregação ou preconceito não será admitido dentro do grupo escolar.

Segundo a lei 10.098/00, a Educação Especial busca viabilizar uma prática que seja capaz de respeitar as diferenças nas pessoas e suas limitações, assim a escola conta com estagiários, e segundos professores que auxiliam nesse processo de inclusão.

Assim a escola passou a oferecer subsídios, como espaços e profissionais capacitados para atender aos educandos com deficiência e demais transtornos, possibilitando o desenvolvimento de suas potencialidades e promovendo a inclusão.

Os direitos das pessoas com necessidades especiais começaram a ser debatidos anteriormente à promulgação da lei 5.692/71. No entanto, ganhou força após a promulgação da Constituição Brasileira em 1988, quando são reforçados os direitos dos portadores de necessidades especiais.

Este trabalho busca debater como as mudanças vieram acontecendo dentro das leis com foco na inclusão de pessoas com surdez, a partir do ano de 1971, até o ano de 2021. Será realizado análise dos trabalhos realizados acerca da surdez na educação básica juntamente com questionários respondidos pelos professores que atuam nas escolas Olga Fin Travi e também em outras unidades escolares para uma maior compreensão sobre o trabalho.

A força da história oral é o poder de dar voz àqueles que não a possuem e uma forma de mostrar que cada indivíduo constrói a sua história. De tal maneira, a história oral é um importante caminho metodológico no estudo das culturas dos povos.

No contexto escolar tudo pode acontecer não somente com documentos oficiais, porém com investigação e através de testemunho oral de pessoas que fizeram a sua história, possibilitando problematizá-la de forma oral. A pesquisa ainda será realizada com professores que trabalham na escola Olga Fin Travi e também com uma professora que trabalha na escola..... para uma maior compreensão sobre o trabalho e nós realizamos a consulta através de questionário, disponível no anexo deste trabalho.

A escolha do tema ocorreu pelo fato de haver alunos com deficiência auditiva na escola em que trabalhei durante a prática do Estágio III, além de haver uma professora surda na Escola Antônio Morandini, onde desenvolvi o referido estágio.

A análise das leis e entrevistas oportuniza ao pesquisador problematizar momentos e decisões importantes para a comunidade, tanto acadêmica como para a escolar. De acordo com a leitura das fontes é possível problematizar e refletir sobre o decorrer da inclusão de alunos com deficiência, com foco na deficiência auditiva na educação básica.

Durante o estágio III foram percebidas algumas dificuldades de trabalhar o ensino de História principalmente com os alunos do Ensino Fundamental. A partir desse momento alguns questionamentos surgiram como, como será possível trabalhar história com alunos surdos? Qual seria a melhor maneira de atender este aluno? Pensando neste questionamento decidi explorar melhor este tema.

Buscando responder este questionamento irei problematizar juntamente com professores que trabalham na Educação Básica, possibilidades, formas de trabalhar principalmente o ensino de História com alunos surdos.

Analisar questões do cotidiano escolar se faz necessário para compreender as diversidades enfrentadas em sala de aula pelos professores com ênfase ao professor de história, pois, além de ser desafiador trabalhar noção de tempo com alunos do ensino básico, se torna mais emblemático trabalhar noção de tempo com alunos com deficiência auditiva, já que no meu caso não tenho especialização na Língua Brasileira de Sinais.

De acordo com o trabalho de Schmidt (2010):

O professor de História pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber-fazer-bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a captar e valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-lo num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas (Schmidt 2010, p.57).

Deste modo, quais são as ferramentas que o professor de História possa utilizar para trabalhar com alunos surdos? Como instigar a curiosidade destes alunos? Problematizar eventos históricos com alunos surdos?

A Educação das pessoas surdas caminhou paralela à língua de sinais e às metodologias utilizadas. As pessoas surdas eram deixadas de lado na sociedade por causa da sua deficiência, algumas vezes categorizadas como inúteis.



A igreja passou a pesquisar estudar sobre algumas mudanças que poderiam ser feitas na vida dessas pessoas, assim na cidade de Paris criou-se a escola de surdos, a qual serviu de exemplo às cidades vizinhas. Mas também conta-se que existia um professor que era surdo e ensinava as crianças a se comunicar escrevendo e até mesmo a ler.

Conforme o Cristianismo foi tomando conta desses acontecimentos e levando as pessoas para serem protegidas, a comunidade surda passou também a lutar para conseguir status na sua comunicação como se as mesmas também fossem orais.

Do ponto de vista religioso, um surdo não oralizado não partilharia a língua em que se fundamenta a doutrina cristã: a língua dos escritos sagrados, das liturgias, das relações sacramentais com os pontífices. Sem o domínio da língua vernácula, não seria possível ao indivíduo surdo confessar-se ou ter acesso à palavra de Deus (Schmidt 2010 p 58).

E assim as portas foram se abrindo e houve a introdução da metodologia oralista na cidade de Milão em 1880.

Sete dias de discussões (...), coroaram os pressupostos oralistas, às escolas de surdos cabia o ensino da fala como meio de inserção do surdo no mundo do ouvinte. Os gestos? Que fossem banidos. As práticas bimodais que utilizavam sinais em simultaneidade com a fala também foram rejeitadas. O oralismo puro, como acordado por grande parte dos mais de 170 membros do Congresso (em sua quase totalidade ouvintes), foi apontado como a melhor abordagem para a educação de surdos (Disponível Cultura Surda Por Hugo Eiji 2011p 01).

Assim vários movimentos começaram a ganhar poder e o movimento educacional passou por três fases: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo.

Já aqui no Brasil, em meados de 1855 tivemos a visita do Professor e conde Ernest Huet, o qual era surdo, e foi o fundador e primeiro diretor do Instituto para Surdos-Mudos, Juntamente com o imperador Dom Pedro II passaram a introduzir os novos sinais da língua, para atender crianças e jovens que necessitassem e que estivessem espalhados no império brasileiro. Assim sendo, em;

1857, no dia 26 de setembro, através da Lei 939, assinada por D.Pedro II, fundou-se o então Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atualmente Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) no Rio de Janeiro. Huet foi Diretor do Instituto de Surdos de Paris e do INESM (Disponível Cultura Surda Por Hugo Eiji 2011p 03).

A partir da fundação do Instituto Nacional de Surdos, houve vários avanços em relação ao atendimento ao surdo, como a publicação do “Iconographia dos Signaes dos

Surdos-Mudos”, criação do aluno Surdo Flausino José da Gama, ex-aluno do INSM, com ilustração de sinais separados por categorias – linguagem atualmente não mais utilizada.

Como a atenção que foi voltada para o público surdo mostrou-se um projeto que deu certo, um pequeno grupo criou o Instituto Central do Povo, em 1913 e assim criou-se a associação brasileira de surdos. Nos 96 anos seguintes foram criadas cerca de 180 associações de Surdos.

O Brasil criou a Lei 10.436/02, Língua Brasileira de Sinais é reconhecida no Brasil, podendo desta forma trabalhar com as crianças e vários professores poderem se especializar e até mesmo tornarem bilíngues para trabalhar com a deficiência auditiva.

A pesquisa qualitativa se dará pelo fato do trabalho exigir um grande número de informações, aprofundando melhor o conhecimento sobre a inclusão de pessoas surdas, utilizando as entrevistas semi estruturadas como parte importante neste processo. As entrevistas a serem aplicadas aos professores serão previamente elaboradas como podemos ver no anexo 03.

Contudo, mesmo havendo leis que garantam o acesso e a permanência de alunos surdos, as grades curriculares das universidades tornando obrigatórios às disciplinas de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), a sala de aula necessita de atenção, pois grande parte dos professores não tem um estudo mais aprofundado sobre LIBRAS, ficando apenas o que estudou na universidade no caso de quem se formou após o ano de 2005.

Diante desta perspectiva, o trabalho de Piazzzi (2009) aponta que;

A formação continuada possibilita diminuição da ansiedade e da insegurança nos professores e gestores educacionais, uma vez que se tomam potenciais multiplicadores, formando e informando os demais alunos, pais e/ou responsáveis, bem como toda a comunidade escolar. Ações independentes dificilmente vão possibilitar a inclusão efetiva do aluno com necessidades educacionais especiais, mas com toda certeza, contribuirão para sua acolhida e aos poucos modificarão as atitudes dos educadores (PIAZZI, 2009, p.81).

Trabalhar o conteúdo de História na Educação Básica é um processo desafiador, principalmente quando se fala em educação especial; a qual preconiza uma educação para todos dentro da política de inclusão, onde as escolas devem receber todas as crianças independente de suas condições.

Mas para que realmente esse processo saísse do papel fazia-se necessária formação continuada dos educadores e toda equipe escolar, trazendo consigo formação e informação para que ninguém saísse prejudicado nesse contexto.

A Lei 9394/96 determinou que a educação escolar iniciasse na educação infantil, contudo é necessário garantir o acesso e a permanência de crianças com necessidades especiais na escola (BRASIL, 1996) ou outras leis que possam garantir o acesso, permanência ou atendimento especializado de alunos com necessidades educativas especiais.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024/61, como mostram Ribeiro e Shimazaki (2010), tem a educação dos deficientes reconhecida em seus artigos 88: “A educação dos excepcionais de, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação a fim de integra-los na sociedade”; e 89: “Toda iniciativa privada (...) à educação do excepcional receberá tratamento especial mediante bolsa de estudos, empréstimos e subversões”( disponível lei de diretrizes e bases 1961 artigo 88/89).

Deste modo garantem o direito dessas pessoas à educação e considera importante integrá-las na educação escolar.

Já na segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 5.692/71, em seu Artigo 9º,

OS alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (Lei de Diretrizes e Base 1971).

Com a Constituição Brasileira de 1988, o artigo 208, Inciso I, tem a educação como um direito de todos, já o Inciso III garante que o atendimento de pessoas com deficiência seja especializados, este atendimento também é citado no atual Estatuto da Criança e do Adolescente. (BRASIL, 1988)

A lei nº 7.853/89 declara que é crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, seja na rede pública ou privada. Não é porque o educador encontra dificuldades de manter e ensinar esses alunos que devem deixar de atendê-los. Para que esse processo seja feito existem as leis que amparam tanto um como o outro, para juntos poderem ensinar e aprender.

Em 1994, a declaração de Salamanca (que consiste na retomada das discussões e encaminhamento de diretrizes básicas para a formulação e a reforma de políticas e de sistemas educacionais (Declaração de Salamanca BRASIL, 1997); diz que o sistema educacional deva levar em consideração a diversidade, os que têm necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular.

Assim, podemos inferir que o problema não está em discutir integrar ou incluir, e sim em como programar, no contexto da realidade educacional, o de escola inclusiva. É necessário que se avalie nos planos governamentais as reais condições da região, da cidade, do estado e do país para se elaborar qualquer diretriz que diga respeito à inclusão da pessoa portadora de deficiência na rede comum de ensino (Capeline, Mendes, ano 2018 p.21).

Na Convenção Guatemala (1999) interamericana onde se reuniram várias pessoas, como ministros e deputados para que assim promulga-se a mesma no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001 para que a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência.

Assim sendo, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com bases na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Neste primeiro capítulo vamos abordar um pouco sobre a escola a qual será desenvolvido o trabalho de pesquisa, também vai abordar leis e as bases que norteiam e garantem a inclusão de alunos com deficiência na educação básica, serão também abordados trabalhos que falam a respeito do trabalho de pesquisadores que abordam a inclusão de alunos com surdez nas escolas.

## 2. CAPÍTULO I

### 2.1 LEIS BRASILEIRAS E DECLARAÇÕES DE EDUCAÇÃO

Neste capítulo vamos falar sobre as leis e declarações que foram sancionadas e auxiliaram as pessoas com surdez de 1971 até 2022. Importante salientar que todas as leis tiveram a sua eficiência no marco histórico das mudanças para a educação nacional e até mesmo dentro das salas de aula e ambientes escolares.

A lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de condições e expressões, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. (Disponível portal.mec.gov.br/).

De acordo com o Art.4º:

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente (BRASIL, 2002).

O decreto nº 6.949/09, reconheceu que é necessário promover, proteger e garantir os direitos humanos de todas as pessoas, inclusive das com necessidades especiais que requerem maior apoio. O decreto enfatiza que

Reconhecendo as valiosas contribuições existentes e potenciais das pessoas com deficiência ao bem-estar comum e à diversidade de suas comunidades, e que a promoção do pleno exercício, pelas pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e liberdades fundamentais e de sua plena participação na sociedade resultará no fortalecimento de seu senso de pertencimento à sociedade e no significativo avanço do (desenvolvimento) humano, social e econômico da sociedade, bem como na erradicação da pobreza.

Reconhecendo a importância, para as pessoas com deficiência, de sua autonomia e independência individuais, inclusive da liberdade para fazer as próprias escolhas, (Decreto Nº6.949/09).

De acordo com Bueno (1993), a Educação Especial tem duplo papel na sociedade moderna, atende à democratização do ensino, quando atende as necessidades de uma parcela da população, e responde positivamente ao processo de segregação da pessoa com deficiência,

à escolarização das pessoas deficientes foi conquistada juntamente com o direito das crianças em geral.

Capellini e Mendes (2001) apontam em seu trabalho que a Educação Especial não é uma educação paralela, mas “um conjunto de recursos”.

De acordo com as Novas Diretrizes da Educação Especial de São Paulo,

[...], não há nos sistemas de ensino dois tipos ou tipos separados de educação que variam de acordo com as características dos alunos. Educação Especial não é um subsistema ou um sistema paralelo de ensino. Educação Especial são um conjunto de recursos que devem ser organizados e disponibilizados nos sistemas de ensino e suas unidades escolares, aos alunos que necessitem de apoios educacionais diferenciados da maioria (SÃO PAULO, 2001).

Assim, não podemos esperar que somente leis e diretrizes sejam as únicas ferramentas que possam resolver todos os problemas da educação. O corpo docente tem papel fundamental para o sucesso no atendimento da Educação Escolar.

Promover a inclusão escolar do aluno com deficiência não é apenas introduzi-lo ao ambiente escolar de forma a ser matriculado no ensino básico, mas que além dos direitos básicos serão proporcionadas condições de aprendizado para este aluno.

Porém, na prática pedagógica, nos deparamos com várias dificuldades para que a inclusão se torne realidade em nossas escolas, cabendo à comunidade escolar eliminar as barreiras para que as pessoas com deficiência de fato acessem os serviços, informações e os demais bens para seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional que estas pessoas tem direito garantido por lei.

Nesta perspectiva cabe a toda a comunidade escolar, e não apenas ao professor, o acesso e a permanência de pessoas com necessidades especiais ou não. Esta responsabilidade vai do porteiro da escola ao corpo administrativo, além do aprimoramento das políticas públicas, pois estas demonstram muitas fragilidades em sua execução. De acordo com De Pietro (2001):

É dever do poder público avaliar o desenvolvimento das ações propostas e utilizar os dados dessa avaliação para o aprimoramento das políticas públicas de cunho social. A indagação é a seguinte: as ações educacionais do poder público respondem a uma política de atendimento ou de mera prestação de serviços? Têm-se garantida a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais ou somente propiciada espaço de convívio social? Cabe ressaltar que não é suficiente usar como indicadores somente dados oficiais para análise de evasão e repetência escolar, tampouco informações sobre aceitação (ou diminuição das reclamações) do aluno pelo professor e colegas. Mais do que isso, é imprescindível que sejam criados

instrumentos que avaliem a aprendizagem dos alunos e as mudanças que devem ser implantadas para garantir educação para todos (PIETRO, 2001, p.11).

Com o intuito de fazer uma discussão sobre aprendizagem para toda uma educação inclusiva, de uma escola atenta às necessidades de seus educandos, e pelas razões anteriormente apontadas, esta discussão é importante para os profissionais que estão ingressando na docência, juntamente com interesses em promover experiências profissionais.

O não conhecimento por parte da comunidade docente das informações básicas sobre as leis de inclusão, e a troca de experiências entre a comunidade escolar sobre a inclusão das pessoas com deficiência, são obstáculos para uma efetivação dos direitos já adquiridos, e conseqüentemente acaba por cultivar preconceitos.

A educação inclusiva não pode ser vista como um apêndice da educação, ou ainda um apêndice da sociedade. É necessário que a educação inclusiva seja trabalhada com resultados e ações efetivas como todas as outras diversidades às quais a sociedade e conseqüentemente a comunidade escolar deve estar preparada para atender.

Deste modo, nos debruçamos sobre o trabalho de Capellini e Mendes p 21 ano 2018:

Refletindo sobre a realidade brasileira, concluiu-se que ao implementar serviços de Educação Especial com objetivo de atender às necessidades educacionais especiais dos alunos com algum tipo de deficiência, acabamos nas últimas décadas contribuindo para a exclusão do sistema regular de ensino, ainda que tenhamos nas últimas décadas iniciado a colocação de alunos de escolas e classes especiais em classes comuns de escolas regulares, práticas desenvolvidas são pouco avaliadas, o processo ainda se encontra aquém do desejado (Capelline, Mendes p.21).

Segundo o trabalho de Pozzer (2015), é necessário que os profissionais da educação e o poder público se mantenham com um olhar crítico à inclusão e que se mantenham amplamente atentos às teorias que possam ampliar a compreensão e conhecimentos da problemática, bem como a atuação dos profissionais diante a mesma.

Faz-se necessário uma prática que não seja de omissão e que lhe permita, profissionalmente, transcender as funções disciplinares e de controle que fazem parte das expectativas institucionais do sistema. É através desse tipo de perspectiva que o profissional precisa direcionar a prática a uma ação sem o viés do adestramento, visando à autonomia do indivíduo, garantindo a diversidade e respeitando as diferenças, vinculado à busca dos direitos e da ampliação da cidadania (Pozer, p.40 ano 2015).

A inclusão de alunos com alguma necessidade, neste caso falando de alunos surdos, não é somente uma oportunidade para eles. É também para os demais alunos, que convivem próximo das diferenças, pois assim os demais alunos têm a oportunidade dessa convivência como um enriquecimento na sua educação.

Tal oportunidade de aprendizado sobre surdez e Língua Brasileira de Sinais oportuniza os demais alunos e professor o contato com mais este conhecimento, já que no ambiente escolar é um local dinâmico.

## **2.2 EXCLUSÃO EM DEBATE**

Na década de 1960, os movimentos em prol da Educação Inclusiva transformaram a cultura de que as pessoas com deficiência eram pessoas com distúrbios mentais, e sim pessoas iguais a qualquer outra somente tendo uma deficiência.

Desta forma, mostraram como era importante estar em situações saudáveis para melhora do estado do sujeito, e que nos espaços comuns ofereciam essas mudanças.

A educação ainda perambula entre o presente e passado, mostrando que nem todas às vezes ela se refere ao presente. Seguindo o pensamento de Santos (2002):

Na Grécia Antiga, as práticas de eliminação e abandono eram socialmente aceitas, e as crianças com deficiência e más-formações ou outras debilidades mentais eram consideradas subumanas. Tais crianças foram excluídas do convívio social e posteriormente sendo colocadas (SANTOS, 2002, p. 54).

Busca-se na história que existiam práticas de eliminação dos seres que nasciam com deficiência, sendo que às vezes eram sacrificados ou em outras situações eram afastados das outras pessoas. A deficiência nesse contexto histórico era de definições escabrosas, como se o ser humano fosse determinado por seu estado físico ou mental, seguindo em consonância com Santos (2002).

Em algumas Igrejas as pessoas com deficiência eram atendidas e acolhidas, uma vez que algumas vezes na sociedade eram excluídas. Todavia, mesmo sendo atendidas, não estava sendo mudada sua condição: continuavam isoladas socialmente, sofrendo desta forma outra segregação. Analisando assim Pessoti (1990), que diz:



Ao mesmo tempo em que a ética cristã reprimia as práticas de abandono e o extermínio, instituía e legitimava a prática da exclusão-segregação. A rejeição se transforma na ambiguidade proteção-segregação ou, em nível teológico, no dilema caridade-castigo (PESSOTI, 1990, p.7).

Além das histórias religiosas podemos lembrar a figura do “Corcunda de Notre Dame”; o protagonista de uma história de exclusão que foi sendo aceito primeiramente de forma solidária, segregada e excludente, em alguns países passaram a ter direito a saúde a uma boa alimentação, moradia e educação, ou seja, cuidados básicos.

As primeiras iniciativas para a educação de pessoas com deficiência surgiram na França em 1620, com a tentativa de Jean Paul Bonet de ENSINAR MUDOS A FALAR. Foram fundadas em Paris as primeiras instituições especializadas na educação de pessoas com deficiências: a educação de surdos com o abade Charles M. Eppé, que criou o “Método dos Sinais” para a comunicação com surdos. O Instituto Real dos Jovens Cegos, em Paris, fundada por Valetin Hauy, em 1784, destinava-se a leitura tátil pelo sistema de letras em relevo. Mais tarde, em 1834, Louis Braille criou o sistema de leitura e escrita por caracteres em relevo, denominado sistema braile, abrindo perspectivas de comunicação, educação e independência para as pessoas cegas (SANTOS, 2002, p.55).

Essa evolução deu espaço ao médico Francês Jean Marc Itard, o qual sistematizou alguns métodos de ensino através das experiências positivas que teve em viagem ao Sul da França. Esse método educacional trazia consigo a repetição de atividades e experiências sendo que despertava a motivação e o interesse das crianças.

De acordo com Mantoan, 2006.

Assim, a educação de crianças com deficiência mental, no século XIX, passou por uma grande mudança através dos trabalhos de Itard e Seguin, que foram os primeiros a buscar uma perspectiva pedagógica para as pessoas consideradas deficientes. No início do século XX, com as contribuições de Maria Montessori, que aprimorou os processos desses autores, reforçando a preocupação da Educação Especial dentro de uma visão médica (MANTOAN, 2006, p.31).

Em 1990 houve uma conferência que usou o slogan “Educação Para todos”, seguia como meta aumentar o número de crianças dentro das escolas. Como resposta à sociedade de que todas as crianças tinham o direito da escolarização.

A partir de então, começaram as reformas educacionais para incluir atividades que atendam às necessidades dos alunos, famílias e das comunidades.

O educador que estava à frente deste novo modelo curricular teve que mudar seus métodos de repassar conhecimento, sendo que teria que incluir em suas aulas sentimentos

como respeito ao seu aluno e sua estrutura familiar.

O estabelecimento de metas claras para aumentar o número de crianças frequentando a escola; A tomada de providência para assegurar a permanência da criança na escola por tempo suficiente para possibilitar-lhe um real benefício de escolarização; O início de reformas educacionais significativas para assegurar que a escola inclua em suas atividades, em seus currículos, por intermédio de seus professores, serviços que efetivamente correspondam às necessidades de seus alunos, das famílias e das comunidades locais, e que correspondam às necessidades das nações de formarem cidadãos responsáveis e instruídos (SANTOS, 1997, p.49).

De acordo com o trabalho do teórico Santos foi se modificando as regras relacionadas a “Educação Especial” como era chamada conforme a sociedade ia consolidando e percebendo as diferenças, levando em consideração que o ser humano é individual e social ao mesmo tempo, representando as suas gerações.

Dentro do que era possível, a sociedade foi aceitando essas pessoas, que foram também atendidas nas instituições educacionais.

Cada momento de percepção na descrição de Santos 2002.

No período da Inquisição, durante a Idade Média, os deficientes passaram pelas práticas de segregação e exorcismo operados pelos inquisidores; há estimativas de que, naquele período, centenas de deficientes tenham sido executadas sob o pretexto de não se adaptarem às regras socialmente impostas (SANTOS, 2002, p. 55).

As pessoas que querem estudar têm direito de estar dentro de sala de aula, para que encontrem o seu espaço nesse ambiente, podendo conviver com outras pessoas e transformando a sua aprendizagem.

Como cita Cavalcante 2005.

“O motivo principal de elas estarem na escola é que lá vão encontrar um espaço genuinamente democrático, onde partilham o conhecimento e a experiência com o diferente, tenha ele a estatura, a cor, os cabelos, o corpo e o pensamento que tiver” (CAVALCANTE, 2005, p.40).

Quem vive a inclusão sabe que está participando de algo revolucionário. A escola e a sociedade são o espaço onde as pessoas podem fazer prevalecer os seus direitos de ir e vir e deixar de lado os preconceitos, já que as leis estão auxiliando nas mudanças da Educação Especial no Brasil.

## 2.3 CONTEXTO DAS LEIS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Para falar das Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Especial é preciso lembrar que as mesmas normatizam, orientam a integração das pessoas com deficiência na sociedade com condições adequadas e condizentes para o convívio dos mesmos.

Apesar de as Constituições Brasileiras modificarem as terminologias de excepcional para deficientes, a qual está inserida na proposta central de integração com o slogan Educação para todos, era somente a inserção do aluno na classe comum e na comunidade.

A educação de crianças com deficiência terminou acontecendo de forma paralela, em instituições especializadas ou em classes especiais, por exemplo as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES).

Em nosso meio, a inclusão virou patrimônio para atender as linhas de ações do universo conceitual, Brasil 1994.

O termo necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências. Ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves (BRASIL, 1994, p.17-19).

No Brasil o atendimento escolar aos deficientes teve início em meados do século XIX, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (hoje, Instituto Benjamin Constant), em 1854, e do Imperial Instituto dos Surdos (hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES), em 1857, ambos situados na cidade do Rio de Janeiro. (Disponível <http://mapa.an.gov.br>)

Pode-se ressaltar, porém, que durante todo o Império, esses atendimentos tinham a função muito mais de asilos do que de espaços educacionais para as pessoas consideradas deficientes. Somente após a proclamação da República a educação especial começou a se expandir, embora de forma muito lenta.

Assim, o governo brasileiro, em 1950 passou a oferecer a educação para deficientes, ou excepcionais como chamavam na época, onde os surdos eram rotulados desta maneira.

Em auxílio foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Número 4024/61 com os seguintes artigos:

Art. 88- A educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação a fim de integrá-los na sociedade.

Art. 89- Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos Conselhos Estaduais de educação e relativa à educação de excepcionais receberá tratamento especial mediante bolsa de estudo, empréstimos e subvenções. (BRASIL, 1996 ART 88-89).

Em 1988 a Constituição Brasileira modificou o então chamado “estereótipo excepcional” para “deficientes” no passar de anos e as batalhas para inclusão foi mudado para pessoas com necessidade especial e assim foi garantindo o atendimento educacional para todos e preferencialmente nas redes de ensino regular.

Já no ano de 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases de número 9394 (que marcou com o slogan a declaração de “educação para todos”), proporcionou a formação necessária para que a pessoa com deficiência auditiva pudesse desenvolver as suas potencialidades e se realizar na qualificação para o mercado do trabalho.

O poder das conferências como a da Guatemala possibilitou as conquistas e inovações dentro dos ambientes escolares e locais de inclusão para alunos com necessidades educacionais. Essa ampliação trouxe mais oportunidades para a Educação Infantil ao incluir a criança com deficiência. Conforme Lei 9394/96 e seu parágrafo:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais, [...] § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996 ART 58).

Também foi promulgada a resolução das diretrizes para todas as modalidades de ensino (disponível portal.mec.gov.br 2009) iniciando pela Educação Escolar, que todos os ambientes escolares devem trabalhar em consonância com a comunidade e os pais. Isso fez com que os educadores conhecessem o perfil de seu aluno perante a sociedade, assegurando assim a língua de sinais no Brasil para poder desenvolver a cidadania e a capacidade de participação social, política e econômica, assim cumprindo os direitos e deveres das pessoas com deficiência.

Observemos o relatório da professora ex-diretora do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), Ana Rimoli Dória:

De que o surdo e mudo, via de regra, porque não tendo ouvido nunca a voz humana, não pode imitá-la falando; e por outro lado a certeza de que o surdo é passível de

receber a mesma educação, embora por processos diferentes, dos que falem e ouçam (DÓRIA, 1956).

A educação e suas diversas metodologias venceram barreiras e conseguiu que algumas leis se tornassem essenciais para as pessoas surdas, terem a mesma oportunidade de educação.

## **2.4 LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**

LIBRAS é a Língua Brasileira de Sinais, uma língua de modalidade gesto visual, que consiste em uma linguagem caracterizada por gestos expressões faciais e corporais, utilizada para a comunicação com pessoas com surdez.

Foi organizado o Congresso de Veneza, para definir uma modalidade gesto-visual que seria o mesmo que língua de sinais. Mas que não era a linguagem padrão para a comunicação oral.

Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001, que afirma:

Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequadas ouvidas os profissionais especializados em cada caso. (RESOLUÇÃO ano 2001 nº 2)

Alguns grupos da sociedade civil sem o consentimento das pessoas mais influentes excluíram a linguagem de sinais no ensino dos surdos. Em 06 de setembro de 1880 houve o Congresso de Milão, o uso das línguas de sinais ficou proibido e os sistemas de ensino passaram a preconizar o oralismo colocando a perder décadas de trabalho que privilegiaram as línguas de sinais.

Já no Brasil, foi criada uma Língua de Sinais própria do país, contando com o apoio da constituição imperial em 1855, e os educadores poderiam mesclar os ensinamentos com Língua de Sinais Brasileira com a língua de sinais Francesa.

De acordo com o trabalho de Bacellar 1926.

Para assegurar a língua de sinais brasileira e a formação profissionalizante de Surdos, foi criada uma Associação Protetora dos Surdos. No Instituto Central do Povo, um departamento para surdos com fins escolares e extraescolares. Um pequeno grupo no Instituto Central do Povo criou a associação brasileira de surdos,

promovendo a conscientização da sociedade pelo direito do ensino de língua de sinais aos surdos (BACELLAR, 1926 p 03).

A Língua Brasileira de Sinais é configurada através das mãos e expressões faciais, explicando que as mãos são compostas por elementos fonéticos que se estruturam através dos movimentos.

Argumenta Perlin 2008.

No espaço e no tempo da modernidade, instalaram-se comodamente as ideias da imagem do mundo perfeito. Elas remetem aquilo no surdo que somente nomeado deixa automaticamente de ser e se transforma nos corpos e nas identidades, nas configurações do sujeito. Estas transformações são derivadas das profundas e dramáticas obrigações de narrar-se ouvinte seja na família, no trabalho, na religião, na sexualidade, na ciência e no conhecimento, nas gerações e idades do corpo, com a utilização de subjetivação de acordo com o modelo (PERLIN, 2008, p.10).

A Língua Brasileira de Sinais é passada em sua modalidade gesto-visual para que as pessoas com surdez tenham a possibilidade de viver em sociedade, capazes de se defender e desenvolver as várias interfaces que nelas estão inseridas.

Entram aí áreas como Educação, Linguísticas, Psicologia, Medicina, Biologia, Física, Matemática, Tradução e Interpretação, ampliando assim a área de atuação e de conhecimento das pessoas que dela necessitam.

Para que as Leis das línguas de sinais sejam garantidas é necessário que os profissionais que trabalham nesta área sejam formados em curso de licenciatura ou pós-graduação com conhecimentos na língua de sinais.

Abre-se desse modo uma nova área de trabalho dentro da educação, a função de professor bilíngüe, com o dever de ensinar a língua de sinais brasileira através do decreto 5.626/05 que trata dessa formação.

ART. 3º A LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de fonoaudiologia, de instituições de ensino públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos estados, do distrito federal e dos municípios. § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de pedagogia e o curso de educação especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. § 2º A LIBRAS constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste decreto (BRASIL, 2005).

Desta maneira, se não existem ainda professores graduados em LIBRAS, o ensino da disciplina pode ser dado por alguém que tenha feito pelo menos um curso, pois o curso de PROLIBRAS certificação de proficiência de Libras teve seu início no ano de 2006, mas que não capacita, certifica e qualifica os professores no domínio da língua de sinais para a tradução e interpretação da mesma. Ou seja, somente uma avaliação baseada apenas nas competências linguísticas.

De acordo com o Decreto nº 5.626/05, o “Ministério da Educação realizará, anualmente, o Exame Nacional para Certificação de Proficiência em LIBRAS e para Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação das LIBRAS (PROLIBRAS)”.

Diante das discussões ao longo do trabalho, as ferramentas e mediações de ensino seguem os padrões pedidos no decreto e que cada educador que adentra esse contexto tem a ciência de que seu esforço para ensinar será maior e de extrema importância para as pessoas surdas. É, portanto, necessário que estes educadores busquem constantemente atualizações.

A Língua Brasileira de Sinais também tem os seus tradutores e posteriormente a capacitação dos intérpretes profissão foi regulamentada pela Lei 12.319/2010, os quais tem a capacidade de traduzir e interpretar em tempo real. Atuam em diversos campos, como na área da educação, consultórios, atendimentos psicológicos e muitos outros lugares.

De acordo com o Portal educação.

O intérprete de libras deve ser um profissional capacitado e/ou habilitado em processos de interpretação de língua de sinais, atuando em situações formais como: escolas, palestras, reuniões técnicas, igrejas, fóruns judiciais, programas de televisão, etc. A categoria profissional possui código de ética e respaldo institucional, associações de pessoas surdas, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, Federação Mundial dos Surdos, entre outras. (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013 p 02).

Inferimos então ser necessário que o professor não somente o professor de história esteja preparado para garantir os direitos dos alunos, seja em condições especiais ou não, preparando-os para sua emancipação efetiva, preparando este indivíduo para o mercado já que com independência financeira os sujeitos de uma forma em geral proporciona maior autonomia.

Apesar de a Língua Brasileira De Sinais ser uma língua reconhecida no Brasil, não tem currículo obrigatório na Educação Básica, a atenção está voltada para o inglês ou para o espanhol, ignorando que o país tem cerca de cinco (5) por cento da população isso significa

dez milhões de pessoas com algum grau de surdes, cerca de 2,7 milhões de pessoas possui surdez profunda, estima-se que até 2050 estima-se que mais 900 milhões de pessoas possam desenvolver a surdez.

Não é correto pensar em pessoas com surdez somente na infância, mas também pessoas que perdem a audição por vários fatores como por exemplo no processo de envelhecimento, um fato que atinge grande parte da população.

Se o indivíduo tem contato com a Língua de Sinais desde a sua primeira educação vai ter uma facilidade maior de se comunicar quando for necessário. Nesta perspectiva as pessoas próximas deste indivíduo terão maior facilidade de se comunicar e auxiliar as necessidades quando for idoso e precisar de uma maior atenção.

À inclusão de alunos surdos no ensino básico, além de oferecer vagas ou um professor auxiliar é necessário oferecer as mesmas oportunidades que são oferecidas para as outras crianças, um aprendizado efetivo, e não somente preencher a cadeira.

É importante que as oportunidades sejam iguais, sem distinção entre as condições do aluno.

Neste segundo momento vamos fazer uma análise sobre a formação docente para a inclusão dos alunos com deficiência principalmente ao aluno surdo, quais são os desafios de professores e alunos nesta formulação da inclusão de alunos especiais, também será realizada uma abordagem sobre as resposta as quais os professores fizeram em relação aos questionários aplicados, resultando em uma análise final sobre o trabalho realizado.



### 3. CAPÍTULO II

#### 3.1- OBSERVAÇÃO EM LOCUS

Sonia além das respostas do questionário salienta que tem várias dificuldades, uma delas é a falta de interação com os professores das disciplinas, salienta que a grande maioria dos professores não envia os planos de aulas com antecedência para Sonia adaptar as aulas para a MARIA, problema este que ainda não foi sendo como vimos logo acima no trabalho de pesquisa realizado pelo Estado de Santa Catarina na Escola Marechal Borman em Chapecó em 2010, também os professores da disciplina não tem a preocupação com a integralização da aluna surda nas aulas, as aulas seguem como se a aluna surda não estivesse na sala de aula.

Outra reclamação de Sonia é que os segundos professores não tem horas atividades como o professor da disciplina tem para preparar e adequar as atividades, a falta dos planos de aulas que os professores não enviam com antecedência e a falta de horas atividades são prejudicial para o aluno que precisa ter sua aula adaptada e para o professor que auxilia o aluno surdo, pois não tem o material adequado para atender seu aluno.

Durante três aulas, uma aula de Geografia, uma de Educação Física e a outra em Inglês observei o método de ensino na turma 92 vespertino, turma em que Maria estuda, e também observei a aluna durante o intervalo.

Maria tem quinze anos está no nono ano do Ensino Fundamental, não foi alfabetizada em LIBRAS nem em português, os professores que trabalham com a Maria dizem que não sabem que a LIBRAS deve ser ensinado como a primeira Língua e português como a segunda Língua, mas que tem um professor especializado na Língua Brasileira de Sinais que atende a Maria no contra turno, e uma vez na semana todas as turmas tem uma aula de LIBRAS.

Na observação os professores da disciplina não tem nem um material separado que inclua a Maria em suas aulas, a Maria sabe copiar o que está no quadro, mas ela não sabe ler, não sabe traduzir as palavras nem para o português nem em LIBRAS. Maria e a professoras Sonia conseguem se comunicar muito pouco, pois nem uma domina a Língua de Sinais.

Sonia relatou que os familiares de Maria também não sabem a Língua Brasileira de Sinais, no ciclo familiar desenvolveram uma forma de comunicação própria. Dentro da sala de aula Maria não interagem com os alunos, e os outros alunos também não procuram interagir com ela, Maria consegue um pouco de comunicação somente com a sua professora.

Nos intervalos Maria consegue interagir com os outros alunos consegue se comunicar por sinais que os demais alunos conseguiu decorar.

### **3.2 DESAFIOS DE PROFESSORES E ALUNOS**

Pensar a Educação já é um tema muito complexo, que traz muitas dúvidas e questionamentos, imagina pensar a Educação para um público que não ouve para, além da dificuldade deste aluno, quais as dificuldades deste professor? quando não se tem um ambiente que possibilite este aluno a se comunicar. Como este professor se prepara? Quais as dificuldades ou quais os aprendizados neste contexto?

Neste segundo momento vamos abordar um pouco destes questionamentos, enfrentamentos na sala de aula para alunos e professores na Educação Básica em especial em relação ao atendimento do aluno surdo na sala de aula.

De acordo com o trabalho de Figueiredo 2008.

Gosto de pensar na formação de professores (inspirada no poema de GUIMARÃES) Rosa a perspectiva de que o belo da vida é essa possibilidade de que todos nós somos inacabáveis, estamos sempre mudando, afinado (acertando) e desafinando (errando). Essa talvez seja a Verdade Maior de um aprendizado da própria existência, da própria vida. (FIGUEREDO ano2008 p. 01)

Nesta perspectiva demonstra que como nos outros setores da sociedade as escolas, professores e sistema educacional devem estar sempre em constante busca de melhorias,

De acordo com o trabalho de Figueiredo 2008, a preocupação com a educação não se limita a Educação Básica, mas também com o acesso destes alunos com o ingresso e permanência no Ensino Superior. “A formação inicial, bem como a formação continuada de professores visando à inclusão de todos os alunos e o acesso deles ao ensino superior” Figueiredo 2008.

Assim sendo, os alunos com algum tipo de deficiência como aqueles que não têm deva ter a mesma preparação e oportunidade de ingressar na Educação superior, nesta perspectiva o professor tem papel fundamental neste processo de ensino e aprendizagem, no trabalho de Figueiredo 2008, ressalta a importância do professor atualizado.

No que consiste a educação, o cotidiano da escola e da sala de aula exige que o professor seja capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando as diversidades de seus alunos. Essa nova competência implica na organização dos tempos e dos espaços de aprendizagem, nos agrupamentos dos alunos e nos tipos de atividades para eles planejadas. Dentre outros aspectos do ensino e da gestão da classe, oferecer uma variedade e uma sequência organizada de atividades, facilita à possibilidade de realizar um programa educativo adaptado às necessidades reais de seus alunos para que possam adquirir e consolidar suas aprendizagens. (FIGUEREDO ano 2008 p.01)

Nesta perspectiva o professor tem como papel fundamental ser o mediador, mas para obter êxito em seu trabalho o professor deverá considerar a diversidade de seus educandos. Após os professores terem conhecimento da diversidade de seus alunos usarem uma didática que possibilite a interação destes indivíduos, instigando as potencialidades demonstrando que o aprendizado é possível, pois se não forem exploradas as suas potencialidades pouco adianta.

O professor conhecendo seus alunos e seu espaço possibilita que todos tenham “acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela instituição escolar”, este professor deve ter a visão que a educação precisa se adequar com as necessidades de cada público, e que o ensino tradicional não supre a necessidade da diversidade atual nas escolas, esta escola inclusiva deve se adequar às necessidades, como aponta FIGUEREDO.

O paradigma de escola que inclui, remete a reflexão de conceitos relativos a diversidade e a diferença. É importante assinalar- embora pareça óbvio – que diversidade e diferença são manifestações eminentes humanas, elas resultam das diferenças raciais e culturais, (...). A diversidade é tão natural quanto a própria vida. Esta diversidade é formada pelo conjunto de singularidades, mas também pelas semelhanças, que une o tecido das relações sociais. (FIGUEREDO ano 2008 p. 02).

Neste sentido, precisamos instruir o aluno que as diferenças existem em todos os setores da sociedade, mas nesta busca por igualdade pode gerar alguns problemas quando a “a escola está confundindo diferença com desigualdade. Aquelas são inertes ao humano enquanto estas são socialmente produzidas”.

É necessário que não se confunda diferenças com desigualdade, pois a diferença enriquece as relações, produz conhecimento contribui para a evolução do crescimento humano enquanto a desigualdade proporciona enfraquecimento e inferioridade entre os indivíduos.

Se analisarmos a educação de forma inclusiva este evento está em sua forma de construção de lento avanço, pois durante a sua história grande parte da população esteve fora

dos padrões pré-estabelecidos, na educação escolar temos grandes falhas na inclusão principalmente com relação as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência.

Assim sendo o trabalho de CARNEIRO nos chama atenção para variedade dos sujeitos e as características deste público.

A educação inclusiva pressupõe uma reorganização no sistema educacional de forma a garantir acesso, permanência e condições de aprendizagem a toda população em idade escolar. Embora “toda” seja abrangente e englobe uma variedade de segmentos, nesta reflexão vamos nos ater a um segmento populacional específico, alunos com deficiência, que, por características distintas, muitas vezes requerem da escola ações diferenciadas. (CARNEIRO ano 2012p.82).

Neste sentido não é apenas necessário garantir o acesso, mas também a permanência de alunos com algum tipo de deficiência, além disso, é necessário que este aluno seja efetivado na educação, sendo assim o aluno já tem os seus direitos garantidos por lei este aluno tem o direito de uma educação efetiva instigando suas potencialidades. Para que o aluno tenha seu aprendizado garantido a comunidade escolar deva dar as condições para cada aluno respeitando as suas características.

É necessário uma análise de educação inclusiva que era aplicado anteriormente, pois assim podemos pensar a educação inclusiva mais efetiva.

Neste sentido o trabalho de Carneiro 2012 chama atenção para que a comunidade escolar se atente para a proposta de educação inclusiva.

A história da educação de pessoas com deficiência apresenta um quadro de total exclusão. Esses indivíduos eram institucionalizados e viviam longe do convívio social geral, passando por períodos em que eram separados em escolas ou classes especiais estabelecidas de acordo com as características de suas deficiências, entendendo que sua participação em ambientes comuns só seria possível mediante um processo de normalização, até o momento atual que prevê direitos educacionais iguais e equidade educacional.

O entendimento da proposta de educação inclusiva requer uma análise do modelo anterior com vistas a delimitar o papel da escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência. A escola e a classe especial destinadas à educação do deficiente tinham como meta a normalização do sujeito de forma que pudesse se assemelhar o máximo possível com os sujeitos normais, para então, e só então, poderem ser integrados ao convívio comum, nesse caso a escola comum. Essa meta, além de negar a condição de diferença e estabelecer parâmetros homogêneos de desenvolvimento, como se isso fosse Educação inclusiva na educação infantil possível, descaracterizou o papel da escola. De instituição responsável pela formação das novas gerações, difundindo o conhecimento elaborado pela humanidade ao longo do tempo, passou a ter como foco principal, e na maioria das vezes, único, a modificação do aluno com deficiência através da reabilitação de funções ou da habilitação para o desempenho de funções inexistentes em virtude da deficiência. (CARNEIRO ano 2012 p.82).

Neste modelo de educação como indica Carneiro, a escola tinha como objetivo “assemelhar” ao máximo o sujeito com alguma necessidade especial com os demais alunos, neste modelo o aluno não tinha suas limitações respeitadas. Com o passar do tempo modificações foram necessárias, pois este modelo de inclusão não efetivava a educação inclusiva.

Uma escola inclusiva se espera que habilite o sujeito para o desenvolvimento cognitivo e também para oportunidades iguais para o mercado de trabalho e acesso à educação superior.

A inclusão dos alunos com algum tipo de deficiência nem sempre é bem-vinda, não por causa de má vontade ou por preconceito, mas como é uma inclusão que não tem uma grande trajetória se fez necessário ser reformulado, a escola em um todo teve que se adaptar, pois são várias as necessidades destes indivíduos. A escola teve que se adequar e aprender novos métodos em pouco tempo por falta de experiências anteriores, por isso muitas lacunas foram deixadas, mas isso não deva impedir que a escola se organize e cada vez mais acolha com responsabilidade e eficiência estes alunos.

Carneiro 2012 afirma.

[...] nada justifica, nos processos educativos, reter, separar crianças, adolescentes ou jovens de seus pares de ciclo de formação, entre outras razões, porque eles aprendem não apenas na interação com os professores-adultos, mas nas interações entre si. Os aprendizes se ajudam uns aos outros a aprender, trocando saberes, vivências, significados, culturas (CARNEIRO ano 2012 p. 87).

Assim sendo, não tem razão para que a comunidade escolar não se adeque para receber estes alunos, pois neste processo de inclusão os envolvidos, alunos professores e comunidade escolar tem a oportunidade de aperfeiçoar seu conhecimento e trabalhos.

Os alunos que tem a oportunidade de conviver com estes saberes, no caso do aluno surdo tem maior facilidade de comunicação, os demais alunos tem a oportunidade de conhecer a segunda língua LIBRAS, de uma forma de convívio já que na escola, apesar, de LIBRAS ser reconhecida como Língua Brasileira não é ministrada nas escolas, somente na universidade em alguns cursos como licenciatura que tem uma disciplina com a Língua de Sinais.

Ao integrar este aluno nas escolas é necessário ter uma visão mais que uma ação imediatista, é necessário ter um resultado duradouro e que este individuo vai facilitar o convívio social, nesse sentido o trabalho de Carneiro 2012 aponta.

Vários caminhos são possíveis e necessários no trabalho escolar buscando a construção de um modelo inclusivo. Em outros países, temos acompanhado o estudo e a prática de formas de colaboração dentro da escola, com o objetivo de unir o trabalho já existente que chamamos de comum, ao trabalho específico, que chamamos de especial, a fim de garantir a inclusão, a permanência e o sucesso de alunos com deficiência na escola. A colaboração na escola pode ser exercida de várias formas incluindo o estabelecimento de redes de apoio através de parcerias com outros setores da comunidade como a saúde, assistência social, esporte e lazer, ou através de parcerias entre a própria equipe escolar, entre o professor da classe comum e o professor especializado (CARNEIRO ano 2012 p. 89/90).

Nesta perspectiva o sucesso do trabalho nas escolas é ainda mais eficaz quando se tem o apoio e a colaboração de pessoas e entidades especializadas, assim sendo, quando a escola busca parceiros, estes alunos tem suas necessidades supridas com maior eficácia.

Quando se estabelece uma cultura colaborativa de suporte numa educação mais exclusiva, a principal mudança acontece com os profissionais da escola, ou seja, mudança significativa nos papéis dos membros dos grupos (...) Referem-se a uma visão clara, bem definida entre os administradores, professores, especialistas, estudantes e famílias, de que o futuro da escola deveria ser um senso comum. (CARNEIRO ano 2012 p. 90).

Quando se fala em escola, isso deveria ser de forma mais ampla, escola não pode ser vista como separatista, separada do restante da sociedade, família, sociedade e Estado deveriam ter o mesmo engajamento, não se pode pensar escola sem a colaboração da comunidade civil. É importante salientar que a aprendizagem ocorre quando existe colaboração e interação positiva entre alunos e professores, quando o professor tem o auxílio de pessoas especializadas e ferramentas adequadas para desenvolver o seu trabalho o professor consegue oferecer oportunidades para desenvolver as potencialidades de seus educandos.

Para que os alunos tivessem seus direitos garantido por lei de frequentar as escolas desde as series iniciais até a universidade foi necessário se criar leis e decretos, leis estas que garantem o acesso das pessoas com necessidades especiais.

Dentre as leis e decretos promulgados na última década, e que motivaram a ampliação do campo de atividades referentes aos surdos, destacam-se: o reconhecimento das Libras (Lei 10.436/2002 regulamentada pelo Decreto

5.626/2005); o direito de surdos e seus familiares (se ainda crianças) optarem pela modalidade escolar em que se sintam mais confortáveis; o direito a terem na escola professores bilíngues qualificados desde a educação infantil até o nível superior, direito que se vincula ao dever de universidades de introduzir a disciplina Libras em todas as licenciaturas bem como a apoiarem ações de formação de educadores bilíngues Libras-Português para a Educação Básica; o direito a terem intérpretes e tradutores graduados( BRASIL ano 2002 p.3).

A partir da criação da Lei 10.436/2002, a família e o aluno tem o direito de escolher a modalidade de educação que colabora melhor com a compreensão do aluno, assim o aluno tem o direito garantido desde a primeira educação até o acesso nas universidades, assim as universidades passam a ofertar a disciplina de Libras em todos os cursos de licenciatura.

A criação da lei 10.436/2002, foi um passo para a educação especial, portanto há ainda um longo caminho até que a disciplina de Libras integre o currículo das escolas, tal lei é reconhecida como a língua nacional utilizado pelo público surdo.

O ensino de Libras como primeira língua para o público surdo é garantido no decreto 5.626/2005.

O ensino das Libras precisa iniciar na Educação Infantil e se estender por todas as etapas e modalidades de educação. O ensino de Libras envolve três diferentes aspectos: linguísticos, socioculturais e históricos. Com base nessa premissa, objetiva desenvolver habilidades de compreensão e produção em Libras, leitura e escrita em Libras, reflexão sobre como a língua de sinais funciona e seus usos, gramática, estudo da literatura produzida pelos surdos, desenvolvimento dos sinalários (glossários), a origem da língua de sinais e sua evolução (BRASIL ano 2002 p.10).

O referido decreto enfatiza que o ensino de Libras deva iniciar ainda na infância e permanecer por toda a escolarização, também aponta as funções dessa ferramenta que é tão importante para as pessoas surdas.

O trabalho dos pesquisadores Cimone Fátima dos Santos, Eliane Souza, Jeane Rauh Probst Leite, Juliana Sousa Pereira Guimarães, Rosilene Jerônimo Calegari da Rosa, é realizado em três escolas de Santa Catarina, uma dessas escolas é a escola E.E.B MARECHAL BORMANN – CHAPECÓ – SC, escola que está próximo a nossa realidade, Disponível em (FCEE, 2011 p. 25). .

As escolas foram selecionadas conforme o número de alunos surdos e a modalidade de ensino existentes na escola, as “as escolas selecionadas já haviam implantado a política de educação de surdos proposta em 2004”.

O referido trabalho tem ênfase acompanhar a educação bilíngue escolar no Estado de Santa Catarina, o aluno surdo tem como Língua de Sinais como a primeira Língua e o Português como segunda língua na modalidade escrita, nesta modalidade respeitaria o aluno e

oportuniza os saberes na sociedade, “Em nosso Estado, esta proposta já vem sendo trabalhada desde 2004 com a publicação da Política de Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina”.

Durante os dois anos de pesquisas nestas escolas, os pesquisadores reuniram informações como o atendimento aos alunos surdos, contexto da escola, opiniões dos colaboradores da escola sobre o atendimento da escola referente ao aluno.

A no Estado de Santa Catarina o processo de Educação para Surdos teve início na década de 50, implantado na rede regular de ensino, destacando a importância do Estado neste processo.

O Estado foi precursor na parceria com os movimentos surdos que surgiram, iniciando na Escola Básica Barreiros Filho, no município de Florianópolis, três salas de alfabetização com deficientes auditivos. A metodologia aplicada aos indivíduos surdos se baseava na utilizada pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES – oralismo – sendo que a professora que desenvolvia atividades junto a esses alunos recebera habilitação nesta Instituição.

Em 1961, o então governador Celso Ramos se reuniu com os surdos para criar, na Escola que leva o seu nome, o primeiro espaço de educação de surdos em Santa Catarina. Na mesma data, a Secretaria de Educação contratou um professor surdo, Francisco de Lima Júnior, para estruturar a proposta pedagógica a ser ministrada nesta escola, cujo foco principal tinha como objetivo ensinar a língua de sinais e, ao mesmo tempo, garantir aos surdos o acesso à leitura e a escrita da Língua Portuguesa. (FCEE, 2011 p. 25).

O papel do Estado foi fundamental para a implantação e criação da primeiro local de surdos no Estado de Santa Catarina, oportunizando aos alunos a ter aulas com professor surdo, proporcionando um ensino mais humanizado já que este professor conhece efetivamente a realidade de seus educandos e também legitimar a proposta pedagógica, objetivando assim que o aluno fosse integrado na Língua de Sinais e também na Língua Portuguesa.

A Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE 2011), em 1968, órgão responsável pela Educação Especial no Estado, fez alterações significativas na Educação de Surdos, preparando-os para o ensino regular.

De acordo com a referida pesquisa no Estado de Santa Catarina a educação para surdos avançou de forma lenta,

Conforme os resultados obtidos na referida pesquisa, constatou-se que muitos aspectos pedagógicos influenciaram negativamente, dentre eles destacamos: o preconceito, a falta de capacitação dos profissionais que trabalham com os surdos, a rotatividade desses profissionais e a desarticulação entre as instituições.



A década de 90 caracteriza-se como o período de consolidação dos direitos humanos, desencadeando movimentos de emancipação nas mais diversas áreas, baseados nos fundamentos da democracia. (FCEE, 2011 p. 26).

As articulações e discussões sobre a comunidade surda era discutida não somente no País, mas também havia uma discussão mundialmente. Diante disso um movimento organizado pela comunidade surda, buscando aperfeiçoar com políticas sociais, a educação de surdos em Santa Catarina foi debatida.

No ano de 2000 representantes da Fundação Catarinense de Educação Especial, professores, surdos e pais, com o objetivo de realizar estudos e propor soluções que efetivem o acesso dos surdos ao conhecimento e à profissionalização.

Esta comissão, analisando a realidade atual, percebe a necessidade de redimensionar a política educacional de surdos, entendendo que, para tal, é necessária a interface entre os segmentos institucionais envolvidos nesta problemática.

Nessa perspectiva, o Documento Proposta de Educação para o Educando Surdo em Santa Catarina (2003, p. 25) discorre que a educação formal está atravessando um momento crítico, isto é, a sua escolaridade está defasada tomando como parâmetro os educandos ouvintes. Isto ocorre porque há um fator agravante que é a língua. Entretanto, para que o surdo possa ascender social e profissionalmente, é necessário educação e, se o português for a única língua a ser utilizada em sua escolarização, este já tem bloqueados seus direitos de cidadão.

Nesse sentido, a pesquisa “Avaliação do processo de integração de alunos com necessidades especiais na rede estadual de ensino de Santa Catarina, no período de 1988 a 1997”, desenvolvida pela FCEE, ratifica as considerações acima, quando pontua a necessidade do desenvolvimento de ações e metas que intensifiquem a escolarização com qualidade dos educandos surdos na rede regular de ensino. (FCEE ano 2011 p. 27).

Diante destas necessidades o Estado percebe que são necessárias mudadas e adequação na inclusão destes alunos, somente assim poderia se aproximar do objetivo que era alcançar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades especiais.

O bilinguismo vem então para priorizar que a criança surda tenha a língua de sinais como primeira língua, mas também não se pode ignorar a escrita, escrita esta que faz parte do seu ciclo familiar, a segunda forma de comunicação para o indivíduo surdo.

De acordo com a pesquisa de FCEE, 2011,

O ambiente linguístico deve ser o mais adequado possível à criança surda, para facilitar a aquisição da língua de sinais e evitarão atraso da linguagem e todas as suas consequências, em nível de percepção, generalização, formação de conceitos, atenção e memória. Essa proposta também prevê que a língua oficial de seu país (oral) não seja ignorada, mas deve ser ensinada como segunda língua na modalidade escrita, com o objetivo de tornar o aluno autônomo no seu processo social e vida escolar. (FCEE, 2011p. 28).

Assim sendo buscou-se um método para facilitar, estimular, com a preocupação com o indivíduo surdo, e não somente com uma modalidade de ensino que é necessário ser aprovado no caso do aluno surdo a LIBRAS, mas que atende as necessidades deste público, também no formato escrito. O surdo torna-se bilíngue à medida que lhe é garantido o direito de acesso às duas modalidades de ensino-aprendizagem, utilizando ambas conforme o contexto comunicativo exigido. Assim sendo o indivíduo se torna bilíngue no momento que haja uma apropriação deste indivíduo neste caso com a língua de sinais e a língua oral mantendo os dois métodos de comunicação, com a interação destes métodos os indivíduos surdos começam sua emancipação, sua autonomia, pois estarão preparados para os dois tipos de comunicação.

As crianças surdas chegam à escola com uma comunicação prejudicada em relação às crianças ouvintes, pois as crianças ouvinte tem uma relação d interação com os familiares, já as crianças surdas não tem esta comunicação, elas têm uma interação mais visual.

Deste modo a Língua Brasileira de Sinais deve servir de base para o aprendizado da Língua Portuguesa;

(...) uma vez que ela permite não só que a escrita se torne significativa, como também que as crianças surdas constituam seu conhecimento sobre a Língua Portuguesa escrita por meio da observação entre as semelhanças e diferenças com a língua de sinais (FCEE, ano 2011 p 31).

Os alunos surdos ainda mais que os alunos ouvintes devem sempre ser estimulados nas leituras, diferentes tipos de textos para assim estimular o conhecimento da Língua Portuguesa já que a leitura se constitui como a principal fonte para o desenvolvimento do conhecimento da Língua Portuguesa.

A pesquisa da FCEE, 2011 realizada na Escola de Educação Básica Marechal Bormann Município de Chapecó, se mostrou um resultado preocupante, já que naquele momento muitos professores não tinham curso de capacitação em LIBRAS, dificultando na diversificação e interação na metodologia de ensino, isso demonstra a fragilidade da implantação e inclusão dos alunos surdos.

Os interpretes que trabalham na Escola de Educação Básica Marechal Bormann, relataram a dificuldade de ter acesso ao conteúdo das aulas com antecedência para revisão do material. E estes interpretes demonstraram ter um bom domínio de LIBRAS, o que está em deficiência é a conexão com os outros professores.

Estes interpretes enfatizam que é necessário maior utilização de matérias visuais, já que esta é uma ferramenta de melhor comunicação com os alunos surdos, também enfatizam que os alunos das series iniciais não tem um domínio da Língua de Sinais LIBRAS, isso vai na contramão do projeto do (FCEE, 2011, pois é necessário o projeto enfatiza que é necessário iniciar a LIBRAS na primeira infância.

Estes professores defende que é necessário manter e intensificar a capacitação em LIBRAS, que percebem a interação entre alunos ouvintes e surdos, mas que são necessários materiais didáticos específicos para a educação bilíngue, mais trabalhos visuais nas aulas.

Já em relação aos servidores “Não têm muito conhecimento do que é ser surdo ou o que seja espaço bilíngue”.

Em relação aos professores do SAEDE-DA,

A professora demonstra ter um bom domínio da LIBRAS e tem uma boa compreensão do que é ser surdo e o que é um espaço bilíngue. Ela relata que necessita de um espaço físico maior para poder realizar os atendimentos no SAEDE-DA, pois onde o atendimento está sendo realizado no momento é muito pequeno, dificultando o agrupamento dos alunos. Ainda quanto à carga horária, ela sugere que seja ampliada de 20 horas para 40 horas semanais para que um número maior de alunos possa receber atendimento, pois, no momento, há um número significativo de alunos sem receber o atendimento por falta de horários para o atendimento (FCEE ano 2011 p38.

Os relatos da professora demosntram as dificuldades e deficiências de implantação do projeto de LIBRAS nas escolas, apesar de ser garantido por lei este projeto está andando em passos lentos.

A professora do SAEDE-DA, enfatiza que é necessário intensificar os cursos de capacitação, maior tempo com os professores interpretes parar assim poder articular melhor as aulas entre interpretes e professores.

O trabalho ainda aponta que os pais dos alunos surdos não têm contato ou não conhecem LIBRAS, se comunicam com seus filho com linguagem, “caseiras”, mas que fazem questão que seus filhos aprendam a LIBRAS, mas também reclamam da falta de local apropriado para seus filhos estudarem. Apesar de todas as dificuldades os pais veem a aprendizagem dos seus filhos, e estão gostando do resultado.

Em relação aos alunos ouvintes;

Gostam de estudar juntamente com os alunos surdos. Têm vontade de aprender a Língua de Sinais. A comunicação é difícil por serem duas línguas distintas, mas eles tentam por meio de alguns sinais que conhecem de gestos ou pedem auxílio para o intérprete. Não veem a diferença entre surdos e ouvintes, quando se referem ao

aprendizado na sala de aula. Os alunos das séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª) têm uma integração maior com os alunos surdos, pois não têm vergonha de se comunicarem. Já os do ensino médio têm uma maior dificuldade, porque têm vergonha ou acham mais fácil simplesmente cada um ficar com seu grupo surdos de um lado e ouvintes de outro (FCEE, 2011 p 38).

O trabalho aponta mais uma vez a importância de introduzir a LIBRAS na primeira infância, pois quanto mais cedo iniciar maior será a interação entre os indivíduos, como fica bem evidente na referida pesquisa, a interação é maior em alunos mais jovens, pois estes alunos não se envergonham ou de alguma forma preconceitos, estes alunos demonstram maior vontade de aprender a LIBRAS e de se comunicar, já em alunos do Ensino Médio se tem um distanciamento entre alunos surdos e ouvintes.

Nas outras duas escolas as quais foram foca da pesquisa os apontamentos são semelhantes, reconhecem a importância do ensino de LIBRAS, mas reclamam da falta de matérias pedagógicas, concordam que é importante e necessário o interprete na sala de aula.

Sugerem um número menor de alunos ouvintes em salas que tem alunos surdos para que professores e interpretes consigam dar maior atenção nas aulas e preparando os trabalhos visuais.

Na escola em São José e Joinville, a inclusão de LIBRAS está preocupante, já que as diretoras das escolas demonstram pouco conhecimento sobre o assunto, deste modo como que o corpo docente vai ter êxito neste modelo de ensino. Quanto ao professor bilíngue da escola em São José demonstra ter uma boa interação no assunto já que relatou ter uma pessoa na família que utiliza a Língua de Sinais.

Os professores das disciplinas como nas outra duas escolas apontam dificuldades de encontrar matérias apropriados para ministrar as aulas para alunos surdos e não surdos na mesma sala.

Apesar de o aluno surdo ter seu direito garantido por Lei a efetivação deste direito está ainda em fase inicial, apesar deste trabalho que analisamos ser realizado em 2010 houve pouco avanço até aquele momento, de 2010 até os dias atuais com certeza que já se avançou mais um pouco.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou abordar um pouco sobre as leis, decretos e como a Língua Brasileira de Sinais LIBRAS estão sendo trabalhadas nas escolas.

As pesquisas teóricas foram abordado leis, decretos que norteiam a Educação Brasileira com foco na Educação inclusiva dos alunos surdos e artigos produzidos ao longo do tempo.

Em vista que a educação nas escolas sempre foi um tema em constante construção e debates quando se fala em Educação Inclusiva o desafio é ainda maior,

Trabalhar História na Educação Básica com alunos surdos, isso foi o meu questionamento quando decidi me aprofundar neste assunto, apesar dos trabalhos produzidos de como trabalhar história com alunos surdos são praticamente nulos, após decorrer sobre a história e a construção desta temática consegui ter uma visão mais clara sobre o assunto.

Quando se aborda o tema nas Leis, Decretos temos a impressão de que a inclusão de alunos foi um problema resolvido, mas quando se vai no local onde este aluno está sendo atendido temos uma visão bem diferente, apesar dos gestores, professores comunidade escolar estarem cientes que os alunos com deficiência devem ser acolhidos e integrado na escola preparando os indivíduos para a sociedade.

Inicialmente o questionamento era perceber os desafios de trabalhar a disciplina de história com crianças surdas, mas ao longo do processo percebe-se que este desafio não é somente da disciplina da história, mas este questionamento se estende a todas as outras disciplinas.

Após o aprofundamento sobre o tema percebe-se que em relação políticas públicas se têm bases que fundamentam a inclusão de alunos com deficiência, mas na prática temos muito que avançar, é necessário maior integração da sociedade, não somente escola, mas também pais e responsáveis, cobrar, acompanhar, participar da integralização deste individuo, pois o Estado garante por Leis os direitos dos indivíduos com deficiência, mas é necessário efetivar estes direitos.

A inclusão de alunos surdos na Educação Básica, vem andando em passos lentos, mas não é por causa disso que devemos nos afastar de construir uma educação mais inclusiva, é necessário que as pessoas que tralham na educação não deixam de construir e cobrar condições adequadas para garantir os direitos e o acesso à educação para todos os indivíduos

que queiram ingressar e permanecer nas escolas. Estes profissionais não devem ignorar esta parcela de alunos, mas buscar especialização para trabalhar e atendê-los da melhor forma possível.

Inicialmente o intuito da referida pesquisa séria, como trabalhar a disciplina de história na sala de aula com alunos surdos, mas a falta de produções de trabalhos no sentido de trabalhar história com alunos surdos as abordagens foram acerca de como trabalhar com alunos surdos em sala de aula.

Durante a pesquisa muitos questionamentos foram sanados, não significa que os questionamentos foram totalmente esclarecidos, mas consegui ter uma ideia do que o professor não somente o professor de história tem como desafio, trabalhar com esta dualidade, atender o aluno sem deficiência e ao mesmo tempo integralizar o aluno com deficiência na mesma turma.

Esta inclusão não ganha somente o aluno com as necessidades especiais, mas os professores que trabalham com estes alunos, incorporando conhecimento na sua capacitação, desenvolvendo suas habilidades, a sociedade que integra uma pessoa com emancipação e o Estado que disponibiliza os recursos sendo bem aplicados. Promover a inclusão é um direito de quem precisa e um dever da sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ana Paula. **Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)** Disponível em: <https://www.infoescola.com/portugues/lingua-brasileira-de-sinais-libras/> Acesso em: 11/12/2017.

BACELLAR, Arnaldo de Oliveira. **A Surdo Mudez no Brasil**. Tese. São Paulo: Martinelli, Maia & C. 1926.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 2ª edição, 1997.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educa, 1993.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Surdez, linguagem e cultura**. In: **Caderno CEDES** vol.19 n.46 Campinas Set.1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010132621998000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621998000300005). Acesso em: 01/09/ 2017.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho – (UNESP/Bauru) MENDES, Enicéia Gonçalves. **História da educação Especial: em busca de um espaço na história da Educação Brasileira**. Disponível em: [www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7). Acesso em: 03/09/2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm). Acesso em: 01/10/17.

CARNEIRO, R. U. C. **Educação Inclusiva na Educação infantil**. Praxis Educacional, v. 8, n 12, p. 81-95, Vitória da Conquista, 2012.

CHARLES, Liberato. **História da educação de surdos no brasil e no mundo história da educação de surdos no brasil**. Publicado em 2010. Disponível em: <http://charles-libras.blogspot.com.br/>. Acesso em: 13-11-2017.

COLL, C., PALÁCIOS, J., MARCHESI, (org.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Trad. Angélica Melo Alves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

EDUCAÇÃO, PORTAL. **Importância do intérprete de libras**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/importancia-do-interprete-de-libras/41273>. Acesso em 11/12/2017.

EDUCAÇÃO, PORTAL. **Prolibras exame nacional de certificação de interpretes e professores de libras**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/>. Acesso em: 11/12/2017.

ESCOLA, BRASIL. **Conhecendo a Língua de Sinais**. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/>. Acesso em: 11/12/2017.

FIGUEIREDO, R.V. **A Formação de Professores para a Inclusão dos Alunos no espaço pedagógico da Diversidade**. In: MANTOAN, M. T. (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. 1 ed. Petrópolis. Vozes, 2008.

INCLUSÃO, Já. **Inclusão do Deficiente Auditivo**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/>. Acesso em: 03/08/2017.

LIMA, Maria do Socorro C. **Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito**. Campinas: UNICAMP, 2002.

MANTOAN, M. T. É (org.). **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Menon, 1997.

MERCADO, E. L.O.; FUMES, L. F. **Base Nacional Curricular e a Educação Especial no Contexto da Inclusão Escolar**.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? E como fazer?**. São Paulo, Moderna, 2003.- (Coleção Cotidiano Escolar).

O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, David (org.) **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação**. São Paulo: Summus, 2006.

PIAZZI Marília Seno; Rev. psicopedagogia. vol.26 no. 81 São Paulo, 2009. **A inclusão do aluno com perda auditiva na rede municipal de ensino da cidade de Marília**. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862009000300005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862009000300005). Acesso em: 02/10/2017.

PIETRO, R. G. **A construção de políticas públicas de educação para todos**. Disponível em: [http://www.educacaoonline.pro.br/a\\_construcao\\_de\\_politicas.asp?F\\_id\\_artigo=152](http://www.educacaoonline.pro.br/a_construcao_de_politicas.asp?F_id_artigo=152). Acesso em: 22/11/2017.

POZZE, Angélica. **A Inclusão de alunos surdos em Escola regular e os desafios para a formação de professor**. Disponível em: [www.fw.uri.br/NewArquivos/pos/dissertacao/dis-94.pdf](http://www.fw.uri.br/NewArquivos/pos/dissertacao/dis-94.pdf). Acesso em 02/10/2017.

QUADROS, M. R. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre, Artmed, 1997.

RUSSO, Ângela. **Tradução e Interpretação de língua de Sinais: técnicas e dinâmicas para cursos**. São Paulo: centro educacional Cultura Surda, 2008.

SANTOS, M. P. **A Inclusão da criança com necessidades educacionais especiais**. [www.educacaoonline.pro.br](http://www.educacaoonline.pro.br), Acesso 20/11/2017.



FCEE, 2011. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Implementação e acompanhamento do desenvolvimento da educação bilíngue no Estado de Santa Catarina**/ Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial: Cimone Fátima dos Santos (Coord). – São José: FCEE, 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Constituindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. São Paulo: Menon, 1997.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **O Saber Histórico na Sala de Aula: A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula** - 11 ed., São Paulo, editora Contexto 2010.

SILVEIRA, Eder da S. (Org.). **Ensino de história, história oral e museologia: reflexões para a sala de aula**. São Paulo: Oikos, 2009.

SURDA, CULTURA. **Congresso de Milão**. Disponível em: <https://culturasurda.net/>. Acesso em: 11/12/2017.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WALLON, Henri. **A criança turbulenta: estudo sobre os retardamentos e as anomalias do desenvolvimento motor e mental**. Tradução Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1981. Disponível em: <http://www.prolibras.ufsc.br/>. Acesso em: 02/10/2017.

## ANEXOS

### QUESTIONÁRIOS

Os questionários que foram aplicados com professores da escola Olga Fin Travi e professores de outras unidades escolar nos dá uma ideia de como precisamos avançar muito ainda para ter uma inclusão efetiva.

A professora SONIA DA SILVA é a professora responsável pela aluna surda que vamos chamar de “MARIA”, pois a criança é menor e não tenho autorização dos responsáveis.

Sonia é a professor e formada em Pedagogia e tem Pós-Graduação em Atendimento Especializado, fez e faz cursos em LIBRAS, mas não é fluente na Língua de Sinais, trabalha na escola Olga Fin Travi a três meses, mas atua como professor a seis anos.

Eliane Ritta é professor de inglês, na escola Olga fin Travi, Eliane além do questionário relatou que não tem e não fez nem um curso em LIBRAS, que até o momento não foi oferecido para ela curso de capacitação na área da Língua Brasileira de Sinais.

Já a professora Rosa Manssur, e graduada em História, especialização em direitos Humanos e a segunda graduação é em pedagogia, trabalha a dez anos como professor, mas não trabalha na escola Olga Fin Travi, Rosa pelas respostas do questionário demonstra ter conhecimento sobre o assunto, pois a algum tempo está trabalhando na Educação Especial.

## QUESTIONÁRIO

Nome: SONIA DA SILVA

Data da questionário: 02/08/2022

Data de nascimento: 22/07/1978

Profissão: PROFESSOR BILINGUE

Há quanto tempo trabalha licenciado: 6 ANOS

Onde e quando se formou:  
CELEP FACULDADES  
04/12/2009

Tem algum treinamento ou capacitação para acompanhar os alunos com necessidades especiais?  
PEDAGOGIA - PÓS EM ATENDIMENTO  
ED. ESPECIALIZADO - CURSOS  
FORMAÇÃO CONTINUADA.

Aproximadamente com quantos alunos especiais você já trabalhou?  
12

Quem diagnostica o (problema) do aluno? O PROFESSOR DA  
DISCIPLINA

Quais são os desafios do professor, principalmente o professor de história, para trabalhar com alunos surdos? MUITAS VEZES O ACESSO AO CONTEÚDO  
COM ANTECEDÊNCIA PARA PODER ADAPTAR PARA  
O ALUNO.

Como você avalia a inclusão de alunos surdos na educação básica? Positivo? Negativo?  
POSITIVO E NEGATIVO PORQUE DEPENDE DO OLHAR  
DE CADA PROFESSOR.

2

Em sua opinião, o que deveria ser feito para melhorar ou facilitar o acesso e a permanência de alunos surdos nas escolas? ...CADA PROFESSOR TER UM OLHAR

DIFERENTE, VER O ALUNO SURDO COMO SEU  
TAMBÉM, NÃO APENAS COMO ALUNO DA  
SEGUNDA PROFESSORA OU DA BILINGUE.

Em sua opinião, o atendimento escolar que os alunos surdos recebem são suficientes para que estes indivíduos tenham apropriação do saber ensinado na sala de aula? .....

ESSE ATENDIMENTO É SUFICIENTE QUANDO  
ELE TEM UMA SEQUENCIA DESDE A ED. INFANTIL.  
(UM ATENDIMENTO VOLTADO PARA O ALUNO SURDO)

Você autoriza a utilização dos dados desse questionário para desenvolvimento da minha pesquisa acadêmica?

SIM

NÃO

Quais são as principais medidas para adaptar o conteúdo para os alunos surdos?

IMAGEM

VIDEOS

DATILOLOGIA

ALFABETO MANDAL

Assinatura: SOMIA DA SILVA

## QUESTIONÁRIO

Nome: Erivani Pitto

Data da questionário: 02/08/2022

Data de nascimento: 30/08/1984

Profissão: Professora

Há quanto tempo trabalha licenciado: 10 anos

Onde <sup>e</sup> quando <sup>se</sup> formou:  
Universidade Cruzeiro do Sul  
Itapetininga/SC

Tem algum treinamento ou capacitação para acompanhar os alunos com necessidades especiais?

Sim, já foi ofertado curso de capacitação para trabalhar com alunos especiais.

Aproximadamente com quantos alunos especiais você já trabalhou?

Atualmente trabalho com 6 alunos especiais.

Quem diagnostica o (problema) do aluno? O professor específico do ano.

Quais são os desafios do professor, principalmente o professor de história, para trabalhar com alunos surdos?

A comunicação por entender muito pouco a linguagem Libras.

Como você avalia a inclusão de alunos surdos na educação básica? Positivo? Negativo?

Positivo, pois assim eles terão a oportunidade de interagir e socializar com alunos não surdos.

Em sua opinião, o que deveria ser feito para melhorar ou facilitar o acesso e a permanência de alunos surdos nas escolas? *Realizar palestras, seminários, atividades em que os alunos surdos pudessem expor seu ponto de vista, sua opinião sobre diversos assuntos/temas.*

Em sua opinião, o atendimento escolar que os alunos surdos recebem são suficientes para que estes indivíduos tenham apropriação do saber ensinado na sala de aula? .....

*Eu não tenho uma opinião sobre o assunto.*

Você autoriza a utilização dos dados desse questionário para desenvolvimento da minha pesquisa acadêmica?

SIM

NÃO

Quais são as principais medidas para adaptar o conteúdo para os alunos surdos?

*Imagens, vídeos, slides*

Assinatura: \_\_\_\_\_

*Luana Pittó*

## QUESTIONÁRIO

Nome: Rosa Manssur

Data da questionário: 22./07./2022

Data de nascimento: 28/08/1969

**Profissão:** Professora

**Há quanto tempo trabalha licenciado;** 10 anos

**Onde e quando se formou:** Universidade Comunitária da região de Chapecó; Unochapecó. Formação em 2013.

**Tem algum treinamento ou capacitação para acompanhar os alunos com necessidades especiais?**

Sim, porém é muito pouca e limitada, durante a formação tivemos uma disciplina que estudamos sobre a educação especial.

Aproximadamente com quantos alunos especiais você já trabalhou? Aproximadamente uns 20.

**Quem diagnostica o (problema) do aluno?** Normalmente quando o estudante inicia na escola, educação infantil ou pré escola ou as vezes no ensino fundamental, quando é percebido sua dificuldade de aprendizagem este é encaminhado para um clínico geral e este encaminha o estudante para um especialista geralmente um psiquiatra e neurologista que juntos diagnosticam a dificuldade do estudante e encaminham seu laudo com o CID. Em alguns casos mais graves o estudante já chega na escola com o laudo. No caso de estudante com dificuldade auditiva (surdos) este já chega na escola com laudo, estudantes com dificuldade visual não tem laudo, nem direito a segundo professor, a não ser que tenha outra dificuldade associada.

**Quais são os desafios do professor, principalmente o professor de história, para trabalhar com alunos surdos?** Os desafios são muitos, para todas as áreas da educação especial. Tanto para os estudantes surdos como para os professores, para conseguir uma educação adequada. Em se tratando de estudantes surdos se complica mais ainda, contando que hoje esses estudantes têm direito a segundo professor com formação em libras, mesmo assim tem pouco material para trabalhar com esses estudantes, pois falta material visual, poucos computadores, acesso à internet limitado, tanto o segundo professor quanto ao professor regente tem que se desdobrar para conseguir atender aos estudantes da educação especial, além da dinâmica para conseguir atender os demais estudantes da turma.

**Como você avalia a inclusão de alunos surdos na educação básica? Positivo? Negativo?** Com certeza é positivo, a socialização, a convivência com os demais estudantes da comunidade/sociedade é muito positiva para esses estudantes, essa convivência contribui para a quebra do preconceito que muitos dos estudantes da educação especial enfrentam, antes mesmo de chega a escola pela sociedade. Assim eles tem a possibilidade de se desenvolverem melhor e adquirir mais conhecimento e conseguir a superar seu limites e vencer os desafios que virão.

**Em sua opinião, o que deveria ser feito para melhorar ou facilitar o acesso e a permanência de alunos surdos nas escolas?** Uma grande conquista já foi feita, depois de muita luta e diálogos, esses estudantes já tem o direito de ter um professor interprete de libras, porém não podemos se conformar com apenas isso, devemos sempre estar na luta para conquistar cada vez mais direitos a esses

estudantes, como melhorar a acessibilidade tanto na estrutura quanto em material, especialização para segundo de libras e professores regentes, promover dinâmicas com todas as turmas da escola incluindo os estudantes com dificuldade auditiva.

**Em sua opinião, o atendimento escolar que os alunos surdos recebem são suficiente para que estes indivíduos tenham apropriação do saber ensinado na sala de aula?** Na escola irão receber a educação/conhecimento básico para a vida, associado a isso assim como todos os demais estudantes terão que aperfeiçoar seus conhecimentos em outros espaços/instituição, como cursos de aperfeiçoamento, participando de outros eventos.

Você autoriza a utilização dos dados desse questionário para desenvolvimento da minha pesquisa acadêmica?

(x) SIM                      ( ) NÃO

Assinatura: Rosa Mansur